



PROJETO DE LEI Nº 691, de 2007.

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia.

Autor: Senador Paulo Paim

Relatora: Deputada Laura Carneiro

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 691, de 2007, altera o art. 5º, § 2º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, para determinar a aplicação, do total de recursos do fundo, no mínimo, de 20% em educação básica nos estabelecimentos públicos de ensino, e de 10% em atividades na área de ciência e tecnologia, mantida a destinação prevista em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com o plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações. Atualmente, a lei determina a aplicação mínima de 18% em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

A proposição foi submetida à apreciação da Comissão de Educação e Cultura, a qual aprovou a matéria, com substitutivo, que alterou a aplicação prevista no art. 5º, § 2º, para pelo menos 50% do total dos recursos do Fust em estabelecimentos públicos de ensino.

Apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a proposição foi aprovada, com substitutivo, que alterou a aplicação prevista no art. 5º, § 2º, para pelo menos 20% em educação, nos estabelecimentos públicos de ensino, e 10% na área de ciência e tecnologia.

Encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação, a matéria será analisada sob o aspecto de sua adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, cumprindo registrar que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR





COMISSÃO DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a proposta, nos termos do art. 32, inciso X, alínea h do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilização ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com o orçamento anual (LOA) e demais dispositivos legais em vigor.

Sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma e conteúdo, conforme estabelece a norma interna desta Comissão em seu art. 1º, §2º.

Quanto ao exame de adequação orçamentária financeira, o Projeto de Lei nº 691, de 2007, e os substitutivos aprovados na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática não se submetem às restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), uma vez que não acarretam aumento de despesa, mas redefinem a aplicação de fundo já existente e previsto na lei orçamentária.

Entretanto, o art. 140 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO 2024), estabelece que as “proposições legislativas que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos”.

Por reconhecer a relevância de se inserir disposições que ampliem os percentuais mínimos de aplicação, do total de recursos do Fust, em educação e em atividades na área de ciência e tecnologia, apresento a emenda saneadora de adequação financeira e orçamentária nº 1, a fim de ajustar a vigência prevista na lei de diretrizes orçamentárias.

Por todo o exposto, voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 691, de 2007, desde de que acatada a Emenda de Adequação, do Substitutivo Adotado pela Comissão de Educação e Cultura, e do Substitutivo Adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática, desde de que aprovadas as subemendas de adequação.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2024.

Deputada Federal Laura Carneiro
Relatora





EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 691, de 2007.

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Laura Carneiro

EMENDA DE ADEQUAÇÃO nº 1

Altere-se o seguinte Art. 3º do Projeto de Lei nº 691/2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de cinco anos.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2024.

Deputada Federal Laura Carneiro
Relatora





**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO E CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 691, de 2007.**

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Laura Carneiro

SUBEMENDA DE ADEQUAÇÃO nº 1

Altere-se o Art. 3º do Substitutivo Adotado pela Comissão de Educação e Cultura:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de cinco anos.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2024.

Deputada Federal Laura Carneiro
Relatora





**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA AO PROJETO
DE LEI Nº 691, de 2007.**

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Laura Carneiro

SUBEMENDA DE ADEQUAÇÃO nº 2

Altere-se o Art. 3º do Substitutivo Adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de cinco anos.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2024.

Deputada Federal Laura Carneiro
Relatora

